

UM LOCAL, SEU PATRIMÔNIO E SUA ATRATIVIDADE TURÍSTICA: ILHA DO MEL – PR.

LUIZ FERNANDO DE SOUZA¹
MARCELA ALESSANDRA BONETE²

Recebido em 26.04.2019

Aprovado em 31.10.2019

Resumo

O IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão responsável pela preservação do patrimônio material e imaterial foi base para a realização do trabalho proposto, que teve como objetivo observar de forma descritiva, a importância e o histórico dos patrimônios na Ilha do Mel – PR, Brasil. Para a realização da pesquisa fez-se um estudo do espaço, por meio de aplicação de dois questionários aplicados com turistas e moradores, bem como por meio de análise observatória direta em campo. Através da formatação de um escopo teórico, pautado em referenciais e conceitos de patrimônios e suas divisões, turismo e mercado turístico, fundamentou-se a base teórica da pesquisa. Tendo em mãos a fundamentação teórica necessária e a análise da coleta de dados com apontamentos dos visitantes e a comunidade local, observou-se por meio de metodologia quantitativa, que o destino turístico Ilha do Mel é reconhecido junto aos seus atrativos culturais e naturais, assim como pela interpretação e análise de observações diretas e apontamentos nas pesquisas, pode-se realizar indicações de melhorias devido ao nível de satisfação com relação a preservação e manutenção dos patrimônios e do destino em sua totalidade.

Palavras-chave: Patrimônio. Atrativo. Comunidade. Turistas.

¹ (Professor) Universidade Estadual de Ponta Grossa.

² (Egresso) Universidade Estadual de Ponta Grossa.

A PLACE, ITS HERITAGE AND TOURIST ATTRACTIVITY: MEL ISLAND - PR.

Abstract

The IPHAN Institute of National Historical and Artistic Heritage, responsible for the preservation of material and immaterial heritage, was the basis for the proposed work, which aimed to describe the importance of history and heritage in Ilha do Mel - PR. We studied the space through two questionnaires applied to tourists and residents, as well as through direct observation analysis in the field. The theoretical scope is based on references and concepts of heritage and its divisions, tourism and tourist market. Having in hand the necessary theoretical foundation and the analysis of data collection, it was systematized through quantitative methodology. The results indicate that Ilha do Mel is recognized along with its cultural and natural attractions, as well as for the interpretation; however, improvements can be made regarding the level of satisfaction of tourists and residents about its relationship with the preservation and maintenance of heritage in the touristic destination.

Key-words: Heritage. Attractive. Community. Tourists.

1. INTRODUÇÃO

A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1936 e instituído no ano de 1937, oficializa a preservação no Brasil, no que tange aos aspectos culturais tangíveis, e desde então, passa a ser protegido no país elementos culturais ligados a história oficial como: igrejas, palácios, fortalezas, residências da elite política e econômica, entre outros.

Segundo Guedes e Maio (2016) com a Constituição Federal de 1988, o termo Patrimônio Histórico foi ampliado para Patrimônio Cultural, incorporando o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, incluindo os de caráter imaterial.

No artigo 216 da Constituição Nacional, o conceito de patrimônio cultural é apontado como “os bens de natureza material e imaterial” possuindo referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira e dos diferentes locais do país.

As informações descritas são baseadas e disponibilizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que zela pelo cumprimento dos marcos legais, efetivando a gestão do Patrimônio Cultural Brasileiro e dos bens reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para a educação, ciência e a cultura (UNESCO) como Patrimônio da Humanidade.

O espaço utilizado como objeto de estudo, a Ilha do Mel, está localizado no litoral do Estado do Paraná. A mesma possui atratividade conhecida e reconhecida por turistas tanto locais, regionais, nacionais e internacionais. Sua atratividade é composta por belezas naturais, culturais edificadas, que formam uma paisagem única, bem como pelo reconhecimento por sua cultura local caiçara³. Estas compõem lembranças aqueles que as visitam, bem como tornam-se movimentação de diferentes tipos de deslocamentos, composta por imagem e imaginário do destino.

Segundo Gastal (2005) a imaginação é constituída antes do visitante se deslocar para esse novo lugar, com a globalização o turista pode já ter entrado em contato com o

³ As comunidades caiçaras possuem origens tradicionais e estão relacionadas a atividades extrativistas, pesqueiras e agrícolas, são habitantes da região litorânea do Rio de Janeiro até o litoral paranaense, entre a Floresta Atlântica e o mar, em estuários, mangues, restingas e lagunas. Suas existências são firmadas desde os primeiros momentos da colonização europeia no Brasil, essas comunidades passaram por vários períodos e ciclos, apogeu e decadências. Tal dinâmica é própria da cultura caiçara (WILLEMS, 1952 apud DIEGUES, 2004). Em complemento o autor Diegues (1996) coloca que comunidades tradicionais estão relacionadas a tipo de organização econômica e social em que produtores estão envolvidos em atividades de pequena escala, como extrativismo, agricultura e artesanato e são conhecedores dos recursos e serviços naturais, seus ciclos biológicos e hábitos alimentares.

destino, por meio de fotografias, sejam elas por páginas da internet até mesmo pelos velhos cartões postais, ou através de outra pessoa que já visitaram o destino, e por ter se identificado com o local, acabam por recomendá-lo para seus familiares e amigos.

Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso, por meio de uma pesquisa aplicada, de caráter exploratória, que segundo Gil (2007), a mesma por meio de seus objetivos, proporciona uma melhor e maior familiarização com o problema que se apresenta: Existe uma visão de reconhecimento tanto da comunidade local, quanto dos turistas perante os patrimônios da Ilha do Mel, seja este tombado ou não? O que possibilita uma melhor construção de hipóteses, e transformando os objetivos de pesquisa mais claros. Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se de levantamentos bibliográficos, documentais, e as pesquisas de campo, por meio de observação direta e questionários de pesquisa direta semiestruturada aplicados tanto na comunidade local como para os turistas.

Desta maneira conseguiu-se chegar a uma abordagem quantitativa⁴, identificando diante dos turistas, e comunidade local, seu reconhecimento em relação aos patrimônios presentes na Ilha e suas perspectivas quanto a preservação dos patrimônios, e de modo geral como tem sua percepção da Ilha como um todo.

⁴“A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente” (Fonseca, 2002, p. 20).

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Patrimônio

Para o entendimento da abrangência do termo patrimônio, se faz necessário compreender onde surgiu o interesse pelo tema e sua historicidade. O termo estava relacionado diretamente à bens materiais e herança familiar. Os patrimônios são heranças do passado e do que é construído hoje, pois é visto como algo que remete não apenas a uma lembrança, mas também uma história que está relacionada ao local, comunidade, seja ele cultural ou natural atribuindo assim valores, políticas ambientais ou de preservação e o fluxo turístico.

Segundo Rodrigues (2001) no século XIX o patrimônio procurava dar uma base cultural a todos, embora os grupos sociais e étnicos de um mesmo território fossem diferente um do outro. No texto a autora descreve que o patrimônio passou a ser uma construção social de grande importância política, no qual o mesmo significa algo construído para ser a representação do passado histórico e cultural de uma sociedade. Em seu livro a autora traz uma indicação da palavra patrimônio: “uma escolha oficial, o que envolve exclusões; também significa algo construído para ser uma representação do passado histórico e cultural de uma sociedade” (RODRIGUES, 2001, p. 33).

Às vezes, a solenidade atribuída ao termo patrimônio sugere que dele façam parte apenas os grandes edifícios ou as grandes obras de arte, mas o patrimônio cultural abrange tudo que constitui parte do engenho humano e, por isso, pode estar no cerne mesmo do turismo. Dessa forma, podemos e devemos ampliar muito a nossa compreensão do conceito, com todas as implicações decorrentes, das epistemológicas às práticas (FUNARI, PINSKY, 2001, p. 09).

Trazendo um significado mais atual como categoria de pensamento como Gonçalves (2003) diz que o Patrimônio é polissêmico, envolve vários sentidos e assume no mundo moderno três dimensões, sendo de categoria jurídica, política pública e instrumento de comunicação social. De acordo com o mesmo tem-se que o patrimônio identifica - se com um bem, e este possui um valor. No livro de Lemos (2000) o termo patrimônio histórico é algo mais usual, no qual abrange e refere-se apenas a um segmento de acervo maior, que é o Patrimônio Cultural, isto é voltado para uma nação ou povo.

Analisando o posicionamento e a fala de cada autor acima, é possível identificar que estes tem algo em comum concordância, mesmo que os pensamentos se difundam de uma forma geral, em que o patrimônio é visto como algo de muito valor ou de característica relevantes no passado de uma comunidade ou até mesmo de um país, trazendo consigo aspectos importantes para se manter embasado em histórias que agregam valor cultural e emocional.

No Brasil segundo a abordagem da autora Dropa (1999) entre os séculos XVIII e XIX discutia-se sobre as ações preservacionistas, pois surge a preocupação em conservar documentos e monumentos, para assim evidenciar a história do Brasil, a partir desse objetivo é possível perceber que o patrimônio estava ligado a construção da memória do país. Trazendo o termo patrimônio para o território brasileiro, surge a preocupação com o Patrimônio Nacional e como obteve maior força sobre a sociedade contemporânea. Foi quando na “Era Vargas” em sua gestão criou medidas para a preservação dos monumentos artísticos e históricos na Constituição de 1937 onde assinou o Decreto - Lei 25, em 30 de novembro, cujo Art. 1º registra:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Os autores Azevedo e Andrade (2014) afirmam que em 1936 é criada a instituição a qual irá cuidar da preservação, divulgação e fiscalização do patrimônio cultural brasileiro de forma provisória, essa instituição ficou conhecida como (SPHAN) Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Logo em seguida no ano de 1939 é criado o (DIP) Departamento de Imprensa e Propaganda, essas duas instituições tinham como objetivo propagar imagens do território nacional e com isso promover e divulgar os patrimônios históricos existentes no território brasileiro, com objetivo de valorização da identidade nacional.

O contexto de território nacional faz com que em linha de reconhecimento de espaço e busca pela valorização da história e locais materiais, o Brasil em sua forma política de Estado criasse órgãos para divulgar e fiscalizar os patrimônios, em contrapartida o mesmo se torna ferramenta para uso de imagem do país. Na década de 90 no qual o Brasil passa por inúmeras mudanças, cria departamentos e órgãos, tornando estes meios para que os patrimônios se tornassem valorizados, mas, além disso, fossem promovidos, desencadeando assim o turismo no país e o interesse das pessoas de ir e vir.

O patrimônio sendo analisado nos tempos atuais eleva sua abrangência, pois não está mais presente em um ambiente familiar, mas sim com o passar dos anos ampliou-se o significado, isso foi possível pela trajetória percorrida durante anos através de órgãos e uma busca constante de se manter a história e o passado juntos. Sendo assim, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) coloca que a gestão do patrimônio é efetivada segundo as características de cada grupo, sendo estas classificadas da seguinte forma: Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial, Patrimônio Arqueológico e Patrimônio Mundial.

2.2 Patrimônios Naturais e Culturais

Para a introdução dos aspectos sobre patrimônio natural e cultural, primeiramente o trabalho irá trazer uma classificação do maior órgão responsável pelo patrimônio brasileiro, o (IPHAN) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por meio da Lei nº 378 e assinada pelo então presidente Getúlio Vargas, na qual diz que: o patrimônio cultural é composto por monumentos, conjuntos de construções e sítios arqueológicos, de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas. Como definição do patrimônio natural o Instituto diz que:

Patrimônio natural é formado por monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas, formações geológicas e fisiografias, além de sítios naturais. Nele a proteção ao ambiente, do patrimônio arqueológico, o respeito à diversidade cultural e às populações tradicionais são objeto de atenção especial. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2016, p. 28)

Quando se utiliza o conceito patrimônio cultural, é a dimensão cultural que estão entrando em discussão; ao mesmo tempo estão falando da dimensão patrimonial da cultura.

Para a Secretaria Especial da Cultura (2020), patrimônio cultural identifica-se como:

Transmitido como uma herança – ou legado – o Patrimônio Cultural remete à riqueza simbólica e tecnológica desenvolvida pelas sociedades. Ele diz respeito aos conjuntos de conhecimentos e realizações de uma comunidade, acumulados ao longo de sua história, que lhe conferem os traços de sua identidade. A partir do patrimônio, nos tornamos únicos. Por outro lado, a diversidade cultural por si só pode ser considerada um dos maiores patrimônios da humanidade (BRASIL, 2020)

Em contrapartida o autor Nestor Canclini (1997, p. 60) diz que o patrimônio, “expressa a solidariedade que une aqueles que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identificam”. A sobrevivência desse legado “só pode ser assegurada se a necessidade de sua proteção for compreendida pela população”. Já o patrimônio natural ligado à diversidade dos aspectos geológicos geomorfológicos impressos na paisagem e à riqueza em recursos minerais configuram o que se entende hoje por geodiversidade (HOSE, 2010). O conceito de natural e cultural, junto a tudo o que ele aborda é algo complexo, pois a natureza e o valor que a cultura agrega são muitas vezes de princípios particulares.

O cultural é um meio em que ele não se consolida sozinho, mas através de histórias, momentos, acontecimentos que permeiam até os dias atuais entre os povos locais sejam eles comunidade, moradores de uma cidade ou atingindo uma importância maior nacional como pode ser o exemplo de alguns patrimônios reconhecidos por todos em um país. O natural tendo em vista que é algo já consolidado por si próprio se torna um meio de atração para visitação, se tornando assim reconhecido e turisticamente valorizado, como por exemplo, Parque Nacional do Iguaçu, Área de Conservação do Pantanal, Ilhas Atlânticas Brasileiras: Fernando de Noronha, Parques Nacionais Chapada dos Veadeiros, etc.

2.3 Tombamento

Para o presente trabalho é necessário a compreensão do tombamento e sua importância.

Tombar significa proteger, preservar, reconhecer a importância do patrimônio pelo valor histórico, cultural, artístico, arqueológico, arquitetônico, etnográfico, paisagístico, natural, ambiental, bibliográfico e/ou afetivo, para a população, região que o abriga ou

para o Brasil. O tombamento é um ato administrativo, realizado pelo Poder Público, por meio de legislação específica, com o objetivo de impedir que o patrimônio venha a ser descaracterizado ou destruído. (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2009, p. 01)

A definição que o Governo Federal aborda faz com que seja simples e fácil de compreender o significado de tombamento, mas na prática existem variadas interpretações que ocorrem desde o início do século XX. Autores de séculos anteriores tinham suas próprias visões identificando que não havia interesse no objeto em si, mas sim havia interesses de valor pessoal sobre o patrimônio. No entanto a autora Madureira (2011) coloca que o processo de tombamento tem apresentado cada vez mais a presença dos “stakeholders” sendo este grupo conhecido por possuir interesse no assunto e assim se fazem presentes no processo e também em sua decisão, mesmo que o parecer final seja – se, tombado e preservado ou irá ser abandonado, tanto dos órgãos públicos: municipais, estaduais ou federais, isto é, quanto privados, o processo se tornou complexo.

Esclarecendo a dúvida do que pode ser tombado, a Secretaria de Estado do Governo do Paraná, possui um órgão responsável, por este processo, a Coordenação de Patrimônio Cultural (CPC) pela unidade da Secretaria de Estado da Cultura, encarregada dos assuntos relativos à preservação do patrimônio arqueológico, histórico, artístico e natural do Paraná (Lei Estadual nº 1.211/53). As ações do (CPC) referem-se às medidas necessárias ao tombamento, à restauração, à conservação e à divulgação desses bens culturais. Para este órgão, o tombamento é destinado tanto a bens móveis quanto imóveis e esses bens podem ser municipais, estaduais, nacionais ou até mesmo mundiais. Para acontecer o tombamento é necessário que haja por parte de um grupo interesses coletivos, e não algo de interesse próprio de uma pessoa só, e também que não seja um bem isolado, mas sim algo de valor mais significativo no seu todo.

Quando ocorre o tombamento, o objeto ou local não pode ser destruído ou descaracterizado, isto é, deve manter os mesmos atributos e qualidades da data do tombamento, porém esse local após o seu tombamento não precisa deixar de ser utilizado, apenas deve ser mantido conforme as características citadas nesse mesmo parágrafo.

Segundo Kersten (2000) apresenta em seu livro o tombamento como algo de caráter sagrado, pois quando um bem se torna patrimônio reconhecido, ele transcende sua materialidade, seu valor cultural e sua história contada o tornam ainda mais significativo. O tombamento e a preservação foram algo positivamente criados, tornando-se possível estabelecer uma forma de combate para manter algo, seja ela em sua história ou em sua forma material, impedindo legalmente a destruição do bem, e então se o indivíduo e ou instituição vir a causar um dano poderá responder um processo resultando em multas compensatórias ou de reconstrução do mesmo.

2.4 Turismo

O viajar envolve conhecer lugares, e essa curiosidade por destinos é por viver algo diferente daquilo que está acostumado em seu cotidiano, entrar em contato com outras culturas, e no Brasil essa diversificação é abundante. Neves (2011) por sua vez coloca que as pessoas e esse movimento de ir e vir para vários lugares, é chamado turismo, que como consequência agregam valores aos locais visitados, aumentam a renda local, contribuindo assim para a economia e minimizando as diferenças sociais existentes no país.

Segundo (Goeldner; Ritchie; McIntosh; 2009, p. 191) “ainda que não seja o único fator a determinar a atratividade geral de uma região turística, a cultura é muito rica e diversa”. E a diversidade cultural que faz com que pessoas se desloquem para conhecer outras cidades e países, está aí uma das principais motivações do turismo acontecer, a busca pelo que é diferente, e até mesmo único.

Considera que “a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo. Homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontradas das coisas” (LARAIA, 2005, p. 67). Assim sendo Oliveira (2007) conclui que a forma como cada indivíduo compreende o mundo é afetado pela cultura direta ou indiretamente pelos fatores pensar, sentir, agir, ser e viver de pessoas que moram em regiões singulares, mas que são diferentes. Nesse contexto, o turismo pode ser uma maneira de despertar a curiosidade e a vontade de pessoas em conhecer novos lugares e culturas que lhe sejam diferentes.

Para Carvalho (2015) a sociedade contemporânea utilizando os meios de comunicação tecnológicos consegue analisar as necessidades comportamentais de vários grupos existentes, sendo assim, podem mudar cidades pequenas e prédios que existem sem importância alguma, em pequenos monumentos simbólicos, que por sua vez, podem a vir a serem destinos turísticos visitados que possibilitam ao viajante uma experiência ao passado.

Segundo a Organização Mundial do Turismo,

O Turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (DE LA TORRE, 1992 apud BARRETO, 1995, p. 13).

A descrição colocada pela Organização Mundial do Turismo traz sua abrangência do fenômeno sintetizando-o de uma forma geral como ocorre a atividade. Na abordagem do livro de Murta e Albano (2005) as autoras colocam em questão a seguinte frase “O que

busca o olhar do visitante?”, segundo as mesmas essa é a principal pergunta a qual deve ser respondida quando um destino se abre para receber turistas. Para recebe-los se faz importante ter infraestrutura para melhor atendê-los, mas também as autoras colocam a necessidade de dar informações sobre o local que visitam, seja ele de beleza natural, edificado, com monumentos históricos ou manifestações culturais. Sendo assim interpretar o patrimônio indica precisamente o valor que determinado lugar tem, e isso ocorre quando a informação é estabelecida com o visitante, expandindo seu conhecimento.

A comunicação se coloca como fator primordial para os turistas, para assim manter e haver conexões com pontos cruciais do turismo, sendo estes a preservação do patrimônio e o desenvolvimento cultural das comunidades locais.

O turismo pode se relacionar com o patrimônio de diversas formas, pois o vivenciar, viajar e conhecer são meios que podem ocorrer de diversas maneiras, o que modifica a experiência é a cultura sobre o indivíduo ou o local, sua preservação, e como então é passada a informação sobre o patrimônio existente, transmitindo a boa interpretação, e tornando o destino visitado interpretado e explorado com as histórias que o circundam, sendo assim, a atividade do turismo trabalha em conjunto com o atrativo.

2.5 Ilha do Mel

A Ilha do Mel está localizada no litoral do estado do Paraná, na entrada da baía de Paranaguá. Ao norte, localiza-se a Ilha das Peças e o Parque Nacional de Superagui, separados pelos canais Norte e Sudeste, ao sul, localiza-se o Balneário de Pontal do Sul, a 2,5 milhas em Pontal do Paraná, separado pelo canal da Galheta.

De acordo com a antiga definição de Figueiredo (1954) “ tem o formato de um grande oito mal traçado, dividindo-se em duas partes bem definidas, sul e norte. Entre estas partes existe uma estreita faixa de areia separando as águas da baía e o mar de fora.

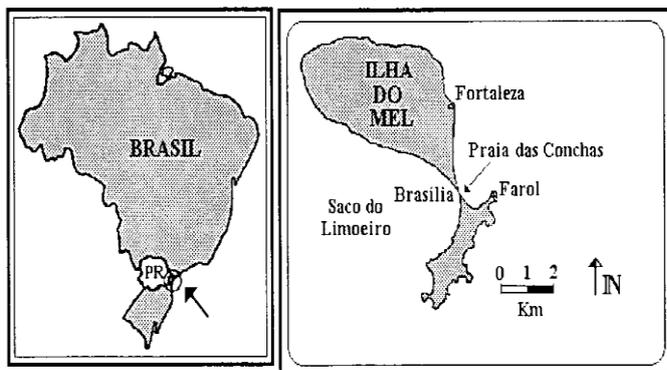


Figura 1 – Ilustração da localização da Ilha do Mel, dentro do estado do Paraná
 Fonte: SEMA/IAP (1996)

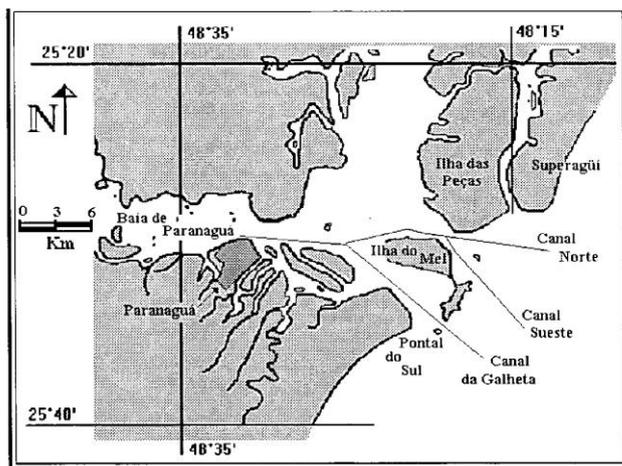


Figura 2 – Ilustração da localização detalhada da Ilha do Mel, identificando a baía e as ilhas paranaenses próximas ao destino
 Fonte: SEMA/IAP (1996)

A Ilha do Mel é tombada pela Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná (Lei nº 1.211/53). Está vinculada aos poderes de gerenciamento do governo estadual desde 1982 quando da concessão de uso sob forma de aforamento (Portaria nº160 de 15 de Abril de 1982). Possui desde o decreto nº. 4.964/85, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) com os poderes de autorização para outorgar concessões de uso e a fiel execução da gestão no local (PARANÁ, 1986; 1996).

O zoneamento da Ilha do Mel consiste basicamente em áreas de Unidade de Conservação (UC) e setores de ocupação humana. São duas áreas de Unidade de Conservação: a Estação Ecológica da Ilha do Mel (EEIM) e o Parque Estadual da Ilha do Mel (PEIM); e quatro Setores de Ocupação: Fortaleza, Nova Brasília, Farol, e Vila de Encantadas. Outros setores de ocupação humana existentes, Ponta Oeste e Praia Grande, não são reconhecidas oficialmente pelo Estado (IAP, 2005). Os recursos existentes na Ilha segundo o IAP possuem uma fragilidade ambiental, devido à isso o órgão estabeleceu quotas diárias de visitantes, tomando por base o cálculo da capacidade de carga dos ecossistemas locais (GONZAGA; DENKEWICZ; PRADO p. 62, 2014). A média atual de visitantes que a ilha permite é de 5.000 pessoas por dia.

A origem do nome da Ilha até hoje não é algo que pode ser afirmado por uma única história, pois há vários contos. Segundo Santos Junior (2006) a ilha era chamada de “Ilha do Almirante Mehl” até a Segunda Guerra Mundial, pois era uma família que visitava o local constantemente, nessa mesma época famílias alemãs as quais moravam na cidade de Curitiba e também visitavam a ilha, havia ainda a fabricação de farinha de mandioca o que também deixou o local conhecido como “Ilha da Farinha”, e segundo o idioma alemão a grafia usada para farinha é “Mehl”. Trazendo uma outra possível versão do nome, é que no ano de 1960, marinheiros aposentados que já moravam na ilha deram início a apicultura. E por último uma hipótese contada, mas pouco aceita é sobre a presença de ferro na água

do mar, que acaba por dar uma tonalidade amarela, o que faz lembrar e tem semelhança à cor de favos de mel (SEMA/IAP, 1996; 2004; NIEFER; 2002).



Figura 3 - Ilha do Mel – Paraná

Fonte: Site da Pousada Astral da Ilha (2019)

Quanto ao processo turístico, os autores Esteves; Sperb; Telles; (2007) e Santos Junior (2006) explicam que se inicia no século XX na Ilha do Mel, pois foi um dos primeiros balneários paranaense a ser visitado e explorado pelas famílias que moravam na cidade de Curitiba e região, as mesmas construíram suas casas de veraneio próximo a Fortaleza, sendo a primeira região a ser potencializada turisticamente.

A Segunda Guerra Mundial foi algo que se fez influente nas primeiras atividades turísticas, pois com ela os donos das casas de veraneio e hotel sofreram com o desapropriação e os mesmos foram ocupados por militares. Kraemer (1978 apud Sema (2004) contribui com sua escrita, que na época a comunidade local entrou em decadência e voltou a sobreviver sob as atividades de subsistência, o autor ainda coloca que isso demonstra a dependência desde a época com a atividade do turismo, que contribui com a economia. A atividade turística como apresentada pelo autor Niefer (2002) teve sua retomada na década de 70, a ilha começou a ser procurada por surfistas e aventureiros, ocorre no ano de 1988 um progresso que é quando a localidade recebe a instalação de

eletricidade, transporte regular e água encanada, o que intensificou o turismo até os dias de hoje.

2.6 Patrimônios Turísticos

Para a abordagem dos atrativos turísticos da Ilha do Mel é necessário compreender como o turismo acontece, para isso os autores Gonzaga; Denkewicz; Prado (2014) colocam que nas últimas décadas a atividade transformou a vida dos caiçaras nativos, pois com a expansão do destino, principalmente nos meses de novembro a fevereiro que ocorre a alta temporada, o local recebe vários turistas de estilos diferentes. A ilha possui uma infraestrutura limitada, onde por sua vez alguns moradores recebem turistas em seus quintais onde montam pequenos camping com infraestrutura básica para assim atendê-los, isso ocorre devido as altas taxas de ocupação nos meios de hospedagem, porém essa prática de hospitalidade segundo Pierre e Kim (2008) ocorre desde a década de 80 quando os admiradores do local acampavam em praias e casas de moradores. O aumento da visitação ocorre quando a ilha se torna um tombamento ecológico-cultural e pela criação de sua Estação Ecológica.

As paisagens litorâneas brasileiras desde os primórdios foram locais que fizeram parte do processo de construção de uma nação e que sofreram transformações. As áreas costeiras se mostravam oportunas para as ocupações humanas, acomodando portos, cidades e plantações. Esse processo algumas vezes era concentrado em alguns pontos estratégicos, estuários e baías protegidas como o exemplo da Ilha do Mel. A seguir serão introduzidos os atrativos que compõem o destino.

2.7 Patrimônios Naturais

A Ilha do Mel é cercada por muitas praias, as quais compõem a paisagem do destino, reconhecidas como os atrativos naturais. As praias são também um dos locais mais visitados por surfistas, recebendo também alguns eventos da modalidade.

A praia do Farol é conhecida por sua tranquilidade, conta com uma larga faixa de areia clara, no verão é procurada por muitas famílias com crianças, pois o mar é calmo. Segundo o site Special Paraná a praia tem esse nome por conta do farol instalado em um dos morros próximos, coberto de vegetação nativa.

O mar de fora é uma das praias que cercam a Vila de Encantadas, possui uma longa extensão. A infraestrutura encontrada nesse local para os turistas é conhecida como “praça de alimentação”, onde vários restaurantes atendem, servindo almoço, bebidas e petiscos. Quando a vila de encantadas realiza o forró nativo, acontece nesse mesmo espaço, que fica de frente para o mar de fora.

A Praia do Belo não possui fluxo de turistas igual as outras praias da ilha, é pequena, com pouca faixa de areia e mar calmo, fica entre o caminho do trapiche de Nova Brasília para a Praia Grande, sentido Canto da Vó Maria. É uma praia visitada por sua beleza visual, pois o local oferece belos pôr do sol em finais de tarde, pescadores locais deixam seus barcos ancorados no local também.

Segundo os sites Guias de viagens e Guias do Brasil, a Praia Grande é ampla, com um quilômetro de extensão, está localizada próxima a Praia do Miguel, seu acesso é através de trilhas, que podem ser saindo da praia de Encantadas, com cerca de uma hora de trilha beirando a costa, ou então através de Brasília que possui dois caminhos, sendo um próximo ao trapiche e o outro próximo ao caminho do farol, seguindo em sentido contrário. A praia possui boas ondas atraindo assim muitos surfistas para o local. A Praia Grande é cercada de paredões rochosos da Ponta do Joaquim e do Morro do Meio e é em

mar aberto e semideserta, o local não atrai muitos banhistas, pois há pouca infraestrutura na orla.

O lado próximo a praia do Miguel, é conhecido e chamado também de “Canto da Vó Maria”, onde moram alguns ilhéus, possui poucas pousadas, moradores que alugam quartos aos turistas e pequenos camping, um local que busca se desenvolver e criar uma identidade oferecendo mais estrutura para os visitantes.

Segundo o site Preserve a Ilha do Mel (2018) a Gruta das Encantadas se formou através de uma ação do mar sobre o diabasio, sendo este elemento menos resistente que o magmatito. O site da prefeitura de Paranaguá (2018) onde traz um resumo dos atrativos para os turistas visitar coloca que a Gruta situa-se na parte meridional da Ilha, isto é, na parte sul, possui um grande paredão rochoso, e é um dos patrimônios mais importantes da Ilha. O local é envolto por lendas e histórias, sendo uma das mais contadas pelos moradores que a gruta leva o nome de Encantadas por causa das sereias que habitavam o local e atraíam pescadores com seus cantos.

2.8 Patrimônios Edificados

Um dos principais atrativos históricos da Ilha é a Fortaleza, que localiza-se no pé do Morro da Baleia. Sua construção ocorreu entre os anos de 1767 a 1770 para proteger a Baía de Paranaguá dos invasores da época. No local onde se encontra a Fortaleza, seguindo uma trilha com duração média entre 10 a 15 minutos é possível chegar aos labirintos, que segundo o autor foram construídos “durante a II Guerra Mundial foi instalado um sistema de defesa em forma de labirinto no topo do Morro da Baleia” (NIEFER, 2002, p. 60). Além dos labirintos, pode encontrar canhões utilizados no período de guerra e também um mirante com vista para a praia da Fortaleza. Da parte alta e dentro da Fortaleza

é possível admirar a paisagem litorânea que cerca o patrimônio, nas redondezas podem-se avistar os botos muitas vezes, no local existem muitas ruínas da época.



Figura 4 - Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres
 Fonte: A autora (2018)

Construído em 1870 pelo Barão de Cotegipe, durante o reinado do imperador de Dom Pedro II, o farol feito de ferro fundido, com uma altura de 18 metros, vindo de Glasgow – Escócia, orienta o navegante através do seu piscar, desde 1º de abril de 1872. Localizado no alto do Morro das Conchas, pode ser avistado de quase todos os pontos da Ilha do Mel, da mesma forma que lá de cima se pode observar quase toda a ilha e região. Uma escada com quase 140 degraus leva ao alto do morro.



Figura 5 - Farol das Conchas localizado em Brasília
Fonte: A autora (2018)

Destaca-se a importância dos dois patrimônios edificados, pelo seu tempo e época, onde as edificações militares serviam com o intuito de salvaguardar o espaço territorial compreendido pela baía.

A ocupação do espaço, sua forma de urbanização, que foi e esta sendo constituída e estruturada para melhor receber os visitantes, turistas, e principalmente a comunidade local, acaba por ser um diferencial enquanto patrimônio edificado, por meio de equipamentos e infraestrutura que são pensadas para não poluir a paisagem da Ilha.

3. ANÁLISE E RESULTADOS

A seguir são expostas as escolhas metodológicas para a realização do trabalho e obtenção dos objetivos propostos, explorando assim os resultados alcançados.

Para realizar a pesquisa e cumprir com seus objetivos, bem como identificar a problemática, o referente trabalho considera-se como um estudo de caso indutivo, pois este método é um “sistemizador do Método Indutivo, pois a técnica de raciocínio da indução já existia desde Sócrates e Platão”, conforme Lakatos E. M.; Marconi M. de A., (2000, p.71); caracterizado por uma pesquisa exploratória. “Pesquisa exploratória têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer, e modificar conceitos e ideias, como vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”, segundo Gil (2007, p.44).

Segundo Gil (2007, p.17) a pesquisa bibliográfica é “desenvolvida mediante o concurso de conhecimento disponível e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos ...”, a construção elaborada através da pesquisa bibliográfica se fez precisa para obter as informações. Em outra colocação o autor Minayo (1994, p. 53) diz que “a pesquisa bibliográfica coloca frente a frente os desejos do pesquisador e os atores envolvidos em seu horizonte de interesse”. A partir da aplicação e metodologia dos autores acima, foram utilizadas bases como IPHAN e UNESCO, partindo da construção do termo patrimônio e sua abrangência.

É caracterizado como estudo de caso segundo o autor Yin (2005), a metodologia que se utiliza de forma adequada na medida em que se faz necessário investigar de que forma foi realizada e estipulada a atividade, tarefas executadas e experimentos. O autor atesta que o estudo de caso é uma investigação empírica que permite a apuração e análise de fenômenos contemporâneos no contexto real da vida, sendo basicamente quando a ação e reação não estão visivelmente definidas.

Considerando os objetivos do presente projeto, foi feito um estudo de caso da região primeiramente buscando analisar a Ilha em um todo para assim partir para o objetivo principal. Após isso contamos com o método de pesquisa qualitativa para o levantamento de dados da comunidade local, que visa compreender e interpretar determinados comportamentos e opiniões, foi realizado de forma exploratória, pois o intuito não era obter números e sim informações. O recurso utilizado foram as entrevistas semiestruturadas através de questionários em profundidade de coleta de dados e observação em campo. A pesquisa e entrevistas foram realizadas no ano de 2018, entre os meses de janeiro e março.

Após esta etapa foi feita a pesquisa quantitativa, que é a mais comum no mercado, ela priorizou apontar numericamente a frequência e intensidade de visitantes nos atrativos turísticos da Ilha do Mel, observando assim como os turistas reconhecem os patrimônios e a preservação dos mesmos, e sua satisfação com relação a preservação do destino.

Para embasamento de dados e estudos, a metodologia contou com pesquisas bibliográficas, através de bibliografias em textos, documentos físicos quanto digitais, livros e sites que possuem informações seguras e precisas para a abordagem do tema. Finalizando assim com a análise do material coletado para a conclusão do trabalho proposto.

Quanto à validação da amostra, foi utilizada a plataforma [surveymonkey](https://www.surveymonkey.com)⁵ para determinar o número de indivíduos necessários para esta pesquisa, tendo como base de universo a capacidade de carga da Ilha do Mel (correspondente a 5000 pessoas/dia) e, numa confiabilidade de 85% e margem de erro de 7%, se chega numa amostragem de 104 indivíduos.

De acordo com a pesquisa conseguiu-se por meio da análise dos dados obter em seus resultados a identificação de dois perfis entrevistados, turistas e comunidade local, buscando assim constatar as perspectivas através do questionário, como a satisfação com

⁵Disponível em: <https://pt.surveymonkey.com/>

relação a preservação do destino e dos patrimônios, sendo estes os pontos principais para alcançar os objetivos propostos no trabalho.

4. CONCLUSÃO

Com o objetivo de descrever a importância e histórico dos patrimônios na região da Ilha do Mel – Paraná, o presente trabalho traçou objetivos específicos, onde o diagnóstico utilizado para assim alcançá-los foi através da aplicação de um questionário com os turistas e moradores da Ilha do Mel, junto a observação em campo e a construção de um referencial teórico para embasamento dos dados coletados.

A Ilha do Mel um destino consolidado no estado do Paraná, apresentou através dos resultados da pesquisa com os turistas, que os mesmos reconhecem os patrimônios e apresentam avaliações quanto a preservação e manutenção tanto dos atrativos como do destino em seu todo. Logo a pesquisa com a comunidade local enfatiza o reconhecimento dos patrimônios como parte da cultura e de suas vivências diárias, também avaliando o nível de preservação, sendo assim o presente trabalho atingiu seus objetivos.

Concluiu-se que através desse estudo e pesquisa de campo que os locais e turistas estão preocupados não somente com o patrimônio e a existência do destino, mas também com formas e gestões efetivas que possam assegurar a preservação de ambos.

Neste trabalho, conseguiu-se identificar algumas necessidades para que o turismo na Ilha do Mel possa atender da melhor maneira os anseios dos turistas, e corroborando para estes, a pesquisa da comunidade se equivale na questão de preservação e utilização do Patrimônio como atratividade turística. Como se identifica de maneira direta nas questões sobre o que os moradores procuram fazer para preservar a ilha, questionamentos e levantamentos quanto o nível de satisfação com os patrimônios, as mesmas perguntas são atribuídas aos turistas.

Trata-se então da necessidade de um melhor planejamento efetivo da área no que cerne sobre preservação e utilização do Patrimônio. Ações como educação por meio de sensibilização da comunidade, com reflexo para o turismo devem ser desenvolvidas por parte tanto do setor público como privado. Estabelecer políticas públicas que possibilitem a manutenção dos Patrimônios da Ilha do Mel, devem ser sugeridas com o intuito de preservar e conservar tanto a parte natural, quanto a parte histórico-cultural da Ilha e de seus moradores.

Trabalhar com programas de interpretação local, propondo como tem-se por meio da fala de Zelizer, “ quanto maior a tangibilidade concreta que determinado “bem” assume, maior a sua valorização e reconhecimento no interior de diferentes mercados e circuitos” (ZELIZER, 2005), é possível afirmarmos que o ver, tocar, preservar e conviver faz com que o respeito, preocupação e legado se torna mais preciso para assim continuar existindo, e para essa busca é necessário identificar qual a importância que o patrimônio cultural tem para o local onde está inserido e qual o sentido, para os mesmos.

Assim como os autores Meirelles e Pedde (2014) empregam que o patrimônio cultural é que traz a importância de um bem, que é dado por meio da cultura, história ou tradição de um local. O que envolve o ver e perceber aquilo que está inserido no mundo onde vivem, e faz com que seja influência da própria comunidade ou de algum grupo social específico, onde neste trabalho este grupo foram os turistas.

A preservação desencadeia diversos fatores quando inseridas em um meio onde existe uma comunidade e o destino também atrai turistas, em seus resultados e discussões o presente trabalho aponta sugestões de melhorias, sendo estas voltadas para ambos.

Como profissional na área de turismo, foi possível identificar a necessidade de uma gestão efetiva do poder público com participação da comunidade local, melhoramento na infraestrutura, reconhecimento e melhores condições aos atrativos dos órgãos ao qual são responsáveis por sua administração e cuidado. Desta forma teve-se um aprendizado

concreto de que maneira um profissional de turismo deve agir, planejar e sociabilizar suas informações e aprendizado, na busca de uma utilização do destino turístico de maneira responsável, demonstrando a real necessidade deste profissional em diversas áreas deste segmento de mercado.

Por fim foi apontando a título de curiosidade, itens ao qual sugere-se estudos futuros, quanto as festividades, pesca local e pratos típicos, com o reconhecimento deles em sua forma cultural pertences a comunidade inserida, como prática da cultura caiçara da Ilha do Mel, aliando assim um estudo sobre intangibilidade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, D.; ANDRADE, P. O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e sua Apropriação pelo Turismo no Estado de Sergipe (1937 – 1979). **Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, p.180-196, jun. 2014.

ALBERTO, Diana Priscila Sá; OLIVEIRA, Karla Cristina Damasceno de. É folia da ilha, é folia do santo: turismo cultural e a festividade do Glorioso São Sebastião de Cachoeira do Arari – Ilha do Marajó/Pará. *Cultur - Revista de Cultura e Turismo*, Ilhéus (BA), v. 3, n. 2, p. 53-65, 2009.

ALMEIDA, André Martins de; BIAZIN, Pablo Crocetta. Ilha do Mel - pr: Perfil da população local e sua relação com o turismo. **III Fórum Internacional de Turismo do Iguassu**, Foz do Iguaçu, p.1-16, jun. 2009.

BANDUCCI Jr., Á.; BARRETTO, M. Introdução. In: BANDUCCI Jr., A.; BARRETO, M. Turismo e identidade local: uma visão antropológica. **Campinas: Papyrus**, 2001. p. 7-20.

BRASIL. **Guia Viagens. Seu guia para os melhores destinos turísticos**. 2018. Disponível em: <<https://www.guiaviagensbrasil.com/galerias/pr/fotos-da-praia-grande/>>. Acesso em: 04 out. 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Especial de Cultura. **Patrimônio Cultural**. 2020. Disponível em: <http://cultura.gov.br/patrimonio-cultural/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

CANCLINI, N. G. **El patrimonio cultural de México y La construcción imaginaria de lo nacional**. In: FLORESCANO, Enrique (coord.) *El patrimonio nacional de México*. México: FCE, CONACULTA, pp. 57-86, 1997, p. 60.

CÉSAR, P.; STIGLIANO, B. A viabilidade superestrutural do patrimônio: estudo do museu da língua portuguesa. **Cultur - Revista de Cultura e Turismo**, Ilhéus (BA), v. 4, n. 1, p. 76-88, 2010.

COSTA, E. Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais do século XX. **Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia**, Lisboa, v. 93, p.05-28, 2012.

DIAS, R. **Turismo e Patrimônio Cultural**: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006. 257 p.

DIEGUES, A.C.S. **A mudança como modelo cultural: o caso da cultura caiçara e a urbanização**. In: DIEGUES, A.C.S. (org.). *Enciclopédia caiçara*, v.1. São Paulo: HUCITEC-NAPAUB-CEC/USP, 2004.

DIEGUES, A.C.S. **Cultura e meio-ambiente na região estuarina de Iguape Cananéia-Paranaguá**. In: PIMENTEL, Alexandre et al. (org.) *Museu vivo do fandango*. Rio de Janeiro: Associação Cultural Caburé, 2006.

DROPPA, M. M. **A memória do patrimônio histórico tombado em Ponta Grossa – Paraná**. Assis, 1999. Dissertação (Mestrado em História), Setor História das Mentalidades, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Campus de Assis.

FGV PROJETOS; MINISTÉRIO DO TURISMO. **Pesquisa anual de conjuntura econômica do turismo**. Rio de Janeiro: Ministério do Turismo, 2013.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

FUNARI, P.; PINSKY, J. **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Editora Contexto, 2001. 103 p.

GASTAL, S. **Turismo, imagens e imaginários**. São Paulo: Aleph, 2005. 92 p. – (Coleção ABC do Turismo).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. **Bem cultural**. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Tombamento**, Brasília, 2009. http://www.brasiliapatrimoniadahumanidade.df.gov.br/acervo/pdf/Patrimonio_tombado_e_registrado_DF.pdf

GRÜNEWALD, R. Turismo e etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 9, p.141-159, out. 2003.

IPHAN. **Patrimônio Mundial Cultural e Natural**. 2014.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29>>. Acesso em: 09 maio 2018.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Histórico, conceitos e processos**. Átila Bezerra Tolentino (Org.). João Pessoa: Iphan, 2013.

KERSTEN, Marcia Scholz de Andrade. **Os rituais do tombamento e a escrita da história bens tombados no Paraná entre 1938-1990**. Curitiba: Imprensa Oficial Parana, 2000.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Metodologia Científica**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2000.

MEIRELLES, M., PEDDE, V. Ver, tocar, preservar: pensando a noção de patrimônio a partir de sua tangibilidade. **Revista do Programa de Pós - Graduação em Sociologia da Ufpe**, Recife, v. 1, n. 20, p.20-32, 2014.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 22. Ed. Petrópolis: RJ, Ed. Vozes, 1994.

MURTA, S. M., ALBANO, C. **Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2005. 288 p.

OLIVEIRA, Silvana Toledo de. Turismo e Patrimônio Histórico-Cultural em São João Del Rey (MG). **Revista Eletrônica de Turismo Cultural**, São Paulo, v. 2, 2007.

NEVES, Sandro Campos. **Turismo e patrimônio**. Rio de Janeiro: CECIERJ, 2011.

NIEFER, I. **Análise do perfil de visitantes das Ilhas do Superagui e do Mel: Marketing como instrumento para um turismo sustentável**. Tese de doutorado em Ciências Florestais. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.q.

PARANAGUÁ, **Prefeitura de Guia Turístico: Ilha do Mel**, 2018. Disponível em: <<http://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/guia-turistico/ilha-do-mel/o-que-visitar>>. Acesso em: 07 out. 2018.

PRESERVE, Ilha do Mel. **O Portal da Ilha do Mel**, 2018. Disponível em: <<http://www.ilhadomelpreserve.com.br>>. Acesso em: 07 out. 2018.

SEMA/IAP. Secretaria De Estado Do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Instituto Ambiental do Paraná. In: **Portaria IAP** No. 087, de 19 de Maio de 2005.

SEMA/IAP. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Instituto Ambiental do Paraná. **Plano de manejo da Estação Ecológica da Ilha do Mel**. Curitiba, 1996.